



## SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000  
 Ouidoria: 0800-773-2009  
 CNPJ nº 62.285.390/0001-40

www.socopa.com.br

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional

das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acessar

https://www.bancopaulista.com.br/Conteudo/Gerenciamento\_Riscos.aspx. Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.  
 São Paulo, 15 de março de 2018. A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	2016
<b>A T I V O</b>		
<b>Circulante</b>	<b>215.751</b>	<b>138.156</b>
Disponibilidades	4	7.870
Aplicações em operações comprometidas	475	49.466
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	131.206
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>1.430</b>	<b>-</b>
Carteira própria	6	1.430
<b>Relações Intergências</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Transferências Internas de Recursos	8	2.606
<b>Outros créditos</b>	<b>25.779</b>	<b>18.810</b>
Carteira de câmbio	10	2.456
Rendas a receber	9	3.728
Negociação e intermediação de valores	9	8.741
Diversos	11b	11.256
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11c	(402)
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>61.770</b>	<b>50.593</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>38.119</b>	<b>30.536</b>
Carteira própria	6	503
Vinculados à prestação de garantias	6	37.616
<b>Outros créditos</b>	<b>23.651</b>	<b>20.057</b>
Diversos	11b	23.651
<b>Permanente</b>	<b>29</b>	<b>23</b>
Investimentos	2	2
Imobilizado de uso	261	179
Intangível	29	20
<b>Total do ativo</b>	<b>277.811</b>	<b>189.980</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2017 e 2016

**1 | CONTEXTO OPERACIONAL**  
 A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora" ou "Socopa") está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

**2 | APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 14 de março de 2018.

**3 | SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Apuração do resultado**  
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para o caso de natureza financeira não calculadas com base no método exponencial. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas compromissadas são registradas no período futuro em função dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.  
**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
 Conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.  
**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
 São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações comprometidas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.  
**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
 De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intencionalidade da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem avida e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como os possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.  
 Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: os valores dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.  
 As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**e) Negociação e intermediação de valores**  
 Referem-se a intermediações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.  
**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
 O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são constatadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.565/08.  
 Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Permanente**  
 Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade. O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.  
 Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.  
**h) Imposto de renda e contribuição social**  
 As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.  
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, a Socopa constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado e análises da Administração.

**i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
 O reconhecimento, a mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:  
**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.  
**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apurados e divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.  
**Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

### 4 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2017	2016
Disponibilidades	4	7.870
Aplicações em operações comprometidas (nota 5a e 19)	475	49.466
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 19)	5	131.206
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>67.436</b>	<b>36.672</b>

### 5 | APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações comprometidas

	2017	2016
Revendidas a liquidar - Posição bancada	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (nota 19)	49.466	7.101
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (nota 19)	49.466	7.101

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 1.561 (R\$ 1.621 em 2016).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros-ligadas (nota 19)	-	-
Vencimento até 90 dias	10.100	106.569
Vencimento de 90 a 360 dias	121.106	98.057
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>131.206</b>	<b>106.569</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 11.544 (R\$ 12.516 em 2016).

### 6 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2017		2016	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
<b>Títulos para negociação</b>	<b>1.283</b>	<b>1.279</b>	-	-
Carteira própria - livres	56	56	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	897	897	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos - CFI	329	325	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	1.283	1.279	-	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>797</b>	<b>654</b>	<b>21.492</b>	<b>21.479</b>
Carteira própria - livres	288	288	21.492	21.479
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	509	365	-	-
Títulos da Dívida Agrária - TDA	37.616	37.616	9.062	9.057
Vinculados à prestação de garantias	28.504	28.517	9.062	9.057
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.112	9.099	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI	38.413	38.270	30.554	30.536
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>39.696</b>	<b>39.949</b>	<b>30.554</b>	<b>30.536</b>

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços; (ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para cotas de fundos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo, para as debêntures, são utilizados os dados divulgados no site www.debentures.com.br.  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 10.078 (R\$ 6.140 em 2016).

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	2016			
	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Títulos para negociação</b>	-	56	897	953
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	56	897	953
Cotas de Fundo de Investimentos - CFI	-	11	314	325
Debêntures	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	67	1.212	1.279
<b>Total de títulos para negociação</b>	-	134	1.109	1.243
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>151</b>	<b>29.020</b>	<b>9.999</b>	<b>39.570</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	28.805	-	28.805
Títulos da Dívida Agrária - TDA	151	215	-	366
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI	-	446	9,999	10,445
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>151</b>	<b>29.020</b>	<b>9.999</b>	<b>39.570</b>
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>29.087</b>	<b>10.311</b>	<b>39.549</b>

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.  
 Não houve reclassificações de categoria de títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.  
**c) Instrumentos financeiros derivativos**  
 Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi apurado um resultado negativo de R\$ 16 (em 2016 negativo de R\$ 58), decorrente das operações com futuros.

### 7 | GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A., adreui à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco operacional e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

### 8 | TRANSFERÊNCIAS INTERNAS DE RECURSOS

Referem-se a transferências internas de recursos das operações de câmbio.

	2017	2016
Transferências internas de recursos	-	2.606
<b>Total</b>	-	<b>2.606</b>

### 9 | RENDAS A RECEBER

Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Taxas administrativas de fundos	2.627	1.949
Corretagens de câmbio a receber	703	597
IR Físicos e clubes	398	446
Outros	-	90
<b>Total</b>	<b>3.728</b>	<b>3.079</b>

### 10 | CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo

	2017	2016
Circulante	-	-
Câmbio comprado a liquidar	2.358	1.045
Direitos sobre venda de câmbio	3.219	1.235
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(3.121)	(1.101)
<b>Total</b>	<b>2.456</b>	<b>1.179</b>

Passivo

	2017	2016
Circulante	-	-
Câmbio vendido a liquidar	3.172	1.213
Obrigações por compra de câmbio	2.355	1.050
<b>Total</b>	<b>5.527</b>	<b>2.263</b>

### 11 | OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	2017		2016	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação	5.372	1.535	1.085	1.561
Devedores/credores - Conta "liquidações pendentes"	3.369	104.842	3.042	68.069
Operações com ativos financeiros a liquidar	-	1.429	694	-
Comissões e corretagens a pagar	-	853	-	662
Bolsas - Depósitos em garantia	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.741</b>	<b>108.659</b>	<b>4.833</b>	<b>70.392</b>

b) Diversos

	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>3.290</b>	<b>6.828</b>
Impostos e contribuições a compensar	254	-
Adiantamento para pagamento de nossa conta	-	648
Títulos e créditos a receber (i)	7.706	2.560
Devedores diversos no passivo	6	9
Outros	11.256	10.055
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>20.908</b>	<b>17.808</b>
Devedores por depósitos em garantia (nota 22b)	1.718	1.944

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>15.262</b>	<b>23.655</b>	<b>29.342</b>	<b>-</b>
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	10.242	23.183	20.277	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5)	(16)	(58)	-
Resultado com operações de câmbio	5.025	9.488	9.123	-
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<b>(62)</b>	<b>(66)</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>
Operações de captações	(62)	(66)	(11)	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(62)	(66)	(11)	-
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>15.200</b>	<b>32.589</b>	<b>29.327</b>	<b>-</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(6.342)</b>	<b>(16.373)</b>	<b>(13.059)</b>	<b>-</b>
Receitas de prestação de serviços	14	14	14	-
Despesas de pessoal	(21.096)	(32.970)	(17.306)	-
Outras despesas administrativas	15	(31.889)	(53.508)	(34.612)
Despesas tributárias	(5.964)	(8.731)	(7.496)	-
Outras receitas operacionais	16	778	1.996	3.223
Outras despesas operacionais	17	(1.241)	(2.068)	(2.514)
<b>Resultado operacional</b>	<b>8.858</b>	<b>16.216</b>	<b>16.267</b>	<b>(1)</b>
Resultado não operacional	(147)	(147)	-	-
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>8.711</b>	<b>16.069</b>	<b>16.267</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.041)</b>	<b>(6.846)</b>	<b>(11.767)</b>	<b>-</b>
Provisão para imposto de renda	(2.162)	(6.327)	(4.067)	-
Provisão para contribuição social	(1.921)	(3.456)	(3.468)	-
Lucro fiscal diferido	-	42	42	-
Participações dos empregados				





## SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000

Ouvidoria: 0800-773-2009

CNPJ nº 62.285.390/0001-40

www.socopa.com.br

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 de dezembro de 2017 e 2016

## 14 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2017	2016
Corretagens em operações em bolsas	13.005	13.709
Comissão de colocação de títulos	6.486	3.607
Administração de fundos de investimento	29.281	20.313
Corretagens de câmbio	3.650	5.399
Serviços de custódia (i)	23.234	-
Outros serviços	2.652	2.618
<b>Total</b>	<b>78.908</b>	<b>45.646</b>

(i) A partir da segunda quinzena de julho/2017, a Administração do Conglomerado deliberou pela transferência dos Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos, anteriormente executado pelo Banco Paulista, para a SOCOPA.

## 15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços técnicos especializados	16.576	13.334
Serviços do sistema financeiro	15.040	10.937
Processamento de dados	12.794	5.049
Aluguéis	2.409	1.490
Promoções e relações públicas	207	113
Propaganda e publicidade	791	288
Comunicações	704	648
Serviços de terceiros	1.950	836
Outras	3.037	1.857
<b>Total</b>	<b>53.508</b>	<b>34.612</b>

## 16 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	20	21
Recuperação de encargos e despesas	1.005	2.320
Reversão de provisões operacionais	-	18
Encargos sobre saldos devedores de clientes	198	350
Variações monetárias ativas	150	75
Atualizações de depósitos judiciais	73	109
Atualização de títulos e créditos a receber	105	120
Outras receitas de fundos	433	-
Dividendos	169	22
Outras	2	41
<b>Total</b>	<b>1.996</b>	<b>2</b>

## 17 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Amortizações e depreciações	99	119
Atualizações monetárias de impostos	99	95
Contingências - Judiciais e legais (nota 22b)	413	987
Despesas de fundos	609	875
Tarifa de agente de compensação	180	180
Taxa de custódia de fundos	178	174
Perdas com clientes	174	63
Outras	418	195
<b>Total</b>	<b>2.068</b>	<b>2.514</b>

## 18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	2016
a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social	16.345	16.405
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações nos lucros	(276)	(138)
Participação nos lucros	16.069	16.267
Resultados antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	12.009	1.074
Adições e exclusões	66	4
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	98	1.048
Provisão para riscos fiscais e para contingências	1.045	1.045
Outras adições e exclusões	17.278	17.341
Base de cálculo	4.295	4.311
Imposto de renda	(273)	(244)
Deduções de incentivos fiscais	4.022	4.067
Imposto de renda - Valores correntes	3.456	3.468
Contribuição social - Valores correntes	(632)	4.232
Ativo fiscal diferido	-	-
<b>Total imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.846</b>	<b>11.767</b>

## b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo 31/12/2016	Constituição 31/12/2017	Saldo 31/12/2017
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	135	30	168
Provisão para riscos fiscais e para contingências	(987)	658	71
<b>Total dos créditos tributários (*)</b>	<b>(449)</b>	<b>688</b>	<b>239</b>

(\*) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2017
Outros Créditos Diversos - Créditos Tributários (nota 11b)	1.025
Outras Obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 12a)	(786)
<b>Total</b>	<b>239</b>

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indutíveis.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 224 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/IB3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2018	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	108	168
Provisão para riscos fiscais e para contingências	71	71
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>239</b>
Valor presente	224	224

## 19 PARTES RELACIONADAS

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

## a) Saldos das transações com o Controlador

	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
	2017	2016

Disponibilidades	5.063	2.894	-	-
Aplicações em operações comprometidas (notas 4/5)	49.466	7.101	1.561	1.621
Aplicações em depósitos interfinanceiros (notas 5)	131.206	106.569	11.544	12.516
Negociação e intermediação de valores	1.004	6	-	-
Créditos em contas "liquidações pendentes"	(5)	(1.243)	-	-
<b>Total</b>	<b>186.734</b>	<b>117.316</b>	<b>13.105</b>	<b>14.137</b>

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. A remuneração total do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 3.931 (R\$ 7.117 em 2016) a qual é considerada benefício de curto prazo:

	2017	2016
Remuneração fixa	3.203	5.810
Encargos sociais	728	1.307
<b>Total</b>	<b>3.931</b>	<b>7.117</b>

A Corretora não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

## 20 CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas na B3, em nome de clientes, 1.698.644 mil ações (6.154.287 mil ações em 2016), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

## 21 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora administrava R\$ 25.371.613 (R\$ 21.266.718 em 2016) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Fundos de investimentos em participações	4.848.188	7.366.446
Fundos de investimento em direitos creditórios	6.709.357	4.297.626
Fundos de investimento em direitos creditórios - Não padronizados	5.869.413	4.300.559
Fundos de investimento multimercados	4.534.977	2.034.640
Fundos de investimento multimercados - Exterior	1.714.795	989.296
Fundos de investimentos imobiliários	564.634	1.622.518

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fundos de investimentos em ações	255.784	123.372
Fundos de investimentos em cotas FIDC	496.165	188.565
Fundos de investimentos em renda fixa	290.494	179.567
Clubes de investimentos	63.612	45.407
Carteiras administradas	24.194	18.722
<b>Subtotal</b>	<b>25.371.613</b>	<b>21.266.718</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>

Aplicações em fundos e clubes de investimentos administrados pela própria Corretora (3.557.367) (788.582)

Total líquido de recursos de terceiros 21.814.246 20.478.136

## 22 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

## a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

## b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2017 as contingências passivas classificadas como perdas prováveis e obrigações legais, com risco de perda classificada como provável, totalizam R\$ 3.394 (R\$ 2.981 em 2016), substancialmente representados pelos seguintes processos:

1. Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do salário-educação.
  2. Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do Finsocial.
- O somatório dos valores acima descritos, julgado suficiente pela Administração em face de possíveis perdas, está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outros impostos a recolher". Para essas causas, foram efetuados depósitos judiciais, cujo montante atualizado monetariamente, na data do balanço, é de R\$ 20.908 (R\$ 17.508 em 2016), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo.
- A movimentação das provisões para contingências no exercício e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	Provisão para contingências				
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	2017	2016
Saldo no início do exercício	350	1.476	1.155	2.981	1.934
Constituições	-	-	74	339	413
Realizações/reversões	-	-	-	-	(53)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>350</b>	<b>1.550</b>	<b>1.494</b>	<b>3.394</b>	<b>2.981</b>

	Depósitos judiciais					
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Outros	2017	2016
Saldo no início do exercício	18	1.476	-	16.314	17.808	1.401
Atualizações	-	74	-	-	74	93
Constituições	-	-	1.494	6.078	7.572	17.996
Realizações/reversões	-	-	-	(4.546)	(4.546)	(1.682)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>18</b>	<b>1.550</b>	<b>1.494</b>	<b>17.846</b>	<b>20.908</b>	<b>17.808</b>

## c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2017 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos (15 processos em 2016) de natureza cível que somam R\$ 1.611 (R\$ 1.440 em 2016), e 01 processo (01 processo em 2016) CVM - Comissão de Valores Mobiliários no valor de R\$ 14.246 (R\$ 14.246 em 2016), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

## d) Órgãos reguladores

Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

## 23 LIMITES OPERACIONAIS

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2017, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 4.132/13 e 4.133/13, é de 20,75% para o Conglomerado Financeiro.

## 24 OUTROS ASSUNTOS

A Administração do Conglomerado deliberou pela transferência dos Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos, anteriormente executado pelo Banco Paulista, para a sua subsidiária integral SOCOPA, a partir da segunda quinzena de julho de 2017. O objetivo dessa migração é a unificação dos serviços oferecidos à essa indústria na SOCOPA, proporcionando sinergia de comunicação e melhoria nos processos operacionais.

DIRETORIA EXECUTIVA

AURO SEIGUI UEHARA - Contador - CRC 1SP162.120/O-6

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da  
SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6Flávio Serejeants Peppo  
Contador CRC-1SP172167/O-6